

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL.

Bernardo Mançano Fernandes¹

**Em memória de Fusquinha e Valentin -
membros do MST - assassinados por
pistoleiros, a mando de latifundiários,
em 27 de março de 1998.**

As transformações recentes na agricultura brasileira e a luta pela reforma agrária.

O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessas décadas de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje.

Alguns dos fatores da crise desse modelo são, por exemplo: a não realização da reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista²; a política de privilégios à agricultura capitalista e a conseqüente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc.

Ainda, outros fatores que impulsionaram esse modelo de modernização foram: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de

¹ - Geógrafo, professor e pesquisador. É coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária do Departamento de Geografia da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente - São Paulo - Brasil. (E - Mail: bmf@prudente.unesp.br).

² - A bancada ruralista é composta por deputados e senadores que defendem os interesses dos latifundiários e do setor patronal da agropecuária.

sua estrutura produtiva; as quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural etc.

Os conjuntos de fatores apresentados servem para a reflexão sobre a realidade insustentável do campo brasileiro. Hoje somos o país com o segundo maior índice de concentração de terras do mundo³. Perdemos apenas para o Paraguai. Também consta nos relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial, que o Brasil é o país de maior nível de desigualdade social do mundo. Outro título nada recomendável que possuímos é o de estarmos entre os campeões mundiais de analfabetismo. Evidentemente que a concentração de terras possui relação com outras disparidades da sociedade: a concentração da renda, a concentração do mercado etc. Nessa realidade, 30 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza absoluta e a fome é um dos maiores problemas que precisamos enfrentar.

O regime militar e sua política de desenvolvimento agropecuário.

Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, os governos militares criaram as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas, via incentivos financeiros, que passavam a se ocupar da agropecuária. Para entender a origem dessa política é preciso considerar que o golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, do outro lado, impedir totalmente o crescimento das lutas dos camponeses, que vinham construindo suas formas de organização, principalmente a partir de meados da década de cinquenta.

Mesmo isolando essas forças políticas e, principalmente, a participação dos camponeses, a política agrária da ditadura militar contava com um projeto de reforma agrária, denominado de Estatuto da Terra, que havia sido definido, pouco antes do golpe, pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O grupo do IPES/IBAD era composto por um complexo político-militar que congregava vários intelectuais: escritores, jornalistas, advogados etc. O Estatuto da Terra jamais seria implantado, foi uma quimera. Para viabilizar a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, impossibilitando o acesso à terra aos camponeses, à propriedade familiar, e possibilitando o acesso aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nessa condição, o Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico e contraditório para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra, porque tinha um projeto de reforma agrária como argumento para resolver os conflitos fundiários, mas como esse projeto não se realizava, a luta pela terra se intensificava. Exemplo concreto é que as únicas desapropriações efetuadas foram tentativas de diminuir os conflitos, sendo que durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos por terra ao ano.

³ - Ver Informe Sobre Desarrollo Humano 1993. Madri: ONU/PNUD, 1993, p. 35.

Com o objetivo de administrar o problema da terra sem tocar na estrutura fundiária, na gestão do general Costa e Silva (1966-1969), o problema da terra transformou-se num problema militar.

Para executar seu plano, o governo militar criou o discurso dos "espaços vazios" do território brasileiro. Em sua manifestação nacionalista, propõem, então, levar os camponeses sem-terra para a Amazônia. Mas, sob o lema de "integrar para não entregar", as terras da Amazônia "sem homens" que deveriam ser destinadas para "os homens sem-terras" foram praticamente entregues às grandes empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivos fiscais.

Em seu encaminhamento político, os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonização e não a reforma agrária, o problema da terra jamais foi resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás deste processo era uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais. Dessa forma, o envolvimento das Forças Armadas, do Estado autoritário, garantiram aos grandes grupos econômicos a exploração da Amazônia.

Ainda, em 1968, o governo Costa e Silva interveio militarmente no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) criado em 1965, juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para substituir a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criada no governo democrático de João Goulart (1961 - 1964). A razão da intervenção foi um relatório preparado pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre denúncias de corrupção, *grilagens*⁴ e venda de terras a estrangeiros. Contudo, a intervenção militar era uma "fachada moral" que escondia uma estratégia geopolítica, onde os grupos internacionais e nacionais construía condições políticas para o controle das riquezas naturais do país. Em 1969 o governo criou o Grupo Interministerial de trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA) para analisar os problemas que impediam o desenvolvimento de medidas de reformulação fundiária (sic).

Esta ação representou o direcionamento da política agrária do Estado, que procurava fortalecer o setor patronal da agricultura, por meio de políticas de incentivos fiscais. Nessa época, o governo militar beneficiou vários grandes grupos empresariais que "adquiriram", nas regiões Centro-Oeste e Norte, imensas áreas de terra para projetos de colonização e projetos agropecuários. Dessa forma, os governos militares com sua política agrária praticavam mudanças no campo sem modificar o regime de propriedade da terra.

Em 1970, o governo militar, para continuar viabilizando a sua política agrária, fundiu e acabou com o IBRA e o INDA e criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa mudança representou o fortalecimento dos grandes grupos econômicos que controlavam os projetos de colonização. Os projetos estavam contidos no Programa de Integração Nacional (PIN), criado neste mesmo ano. Com a criação deste programa,

⁴ - Grilagem é uma arte política, utilizada historicamente pelos latifundiários brasileiros. É um processo de falsificação de documentos oficiais, que "certificam" a propriedade da terra.

"o governo do General Médici iniciou uma campanha ufanista atravessada pelo "falso nacionalismo" de que era necessário "integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros". Era o início das campanhas do Projeto Rondon: "Integrar para não entregar". Era enfim um período em que a sociedade foi massacrada pela propaganda feita pelos veículos de comunicação de massa (TV, rádio, jornais, revistas, etc.). Estas propagandas eram veiculadas de modo a encobrir a verdadeira intenção deste governo, que era aquela de não interferir no processo de aquisição de terras por estrangeiros, ao contrário, alimentá-lo ainda mais, através da política dos projetos agropecuários. Estes projetos aprovados pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) passavam a interessar ao desenvolvimento econômico nacional e, portanto, não precisariam enquadrar-se na nova legislação sobre a venda de terras a estrangeiros. Dessa forma, os grupos estrangeiros poderiam adquirir quanta terra desejassem. Veja-se, por exemplo, a Suiá-Missu (em São Félix do Araguaia - MT) vendida para o grupo Liquifarm, com os seus 450.000 ha. oficialmente registrados no Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), sendo que outras fontes falam em sua superfície de 670.000 ha. Outro exemplo é a Cia. Vale do Rio Cristalino, pertencente à Volkswagen, com mais de 140.000 ha (Oliveira, 1988c, p. 63/64)".

Em 1971, incrementando a sua estratégia geoeconômica, o governo militar criou, ainda, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

Esses Programas viriam a intensificar o processo histórico da concentração fundiária no Brasil. Nas palavras de Carlos Lorena: "a estrutura agrária concentradora, viciosa, que desde o tempo das capitâneas hereditárias, passando pelas ordenações do Reino, pela Lei das Sesmarias, pela Lei de Terras de 1850, até hoje, tem sido sempre conservada e agravada, chegando-se ao máximo nos últimos 20 anos" (Lorena, 1988, p. 42).

Investindo no processo de agravamento de concentração da terra, os governos ditatoriais gerenciaram a questão fundiária reprimindo brutalmente as lutas por terra. Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, criando assim um vazio político necessário para viabilizar o seu projeto de reforma no campo. Esse foi um fator estratégico da elaboração e aplicação do Estatuto da Terra. Outro fator que influenciou a ação política do Estado, foi a *guerrilha do Araguaia*⁵. O Governo Militar tratou a guerrilha com uma dimensão de perigo que ela não possuía. Era de conhecimento dos órgãos de inteligência que havia um grande distanciamento ideológico entre os guerrilheiros e os camponeses. Mesmo assim, como consequência e aproveitando dos fatos, os militares tomaram decisões significativas e amplas para implementar a sua política agrária. Dessa forma, em 1972/73, com a liquidação da guerrilha, o governo militar trocou algumas pessoas favoráveis à medida de reforma agrária que ocupavam cargos em ministérios, por pessoas contrárias à reforma e a favor da implantação da grande empresa no campo.

⁵ - Guerrilha do Araguaia foi um foco de luta armada organizado por um grupo de militantes de Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1972, realizada na porção oriental da Amazônia brasileira. O governo militar extinguiu a guerrilha, enviando dez mil soldados para combater 70 guerrilheiros, que resistiram por três meses.

É a partir dessa mudança na política fundiária que se inicia a implantação dos projetos agropecuários por grandes empresas na Amazônia. No Centro-Sul e Nordeste, desenvolve - se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilégios ao capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos por terra se multiplicaram. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra em 1979, 715 conflitos, sendo que 88,1% começaram a partir de 1973. Esses conflitos estavam distribuídos por todo o País.

Em 1980, o governo militar criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), para ocupar o espaço vazio criado pela repressão ao crescimento das forças políticas de luta pela terra e, também, pelo confisco do poder das oligarquias regionais, do poder local dos coronéis, excluídos da política econômica e fundiária.

A aliança governo militar/empresários precisava de sustentação do poder local para a realização de sua estratégia geopolítica de controle do território. Era assim que a aliança pretendia, de forma hegemônica, controlar o território: primeiro militarmente, depois economicamente. Desse modo, a aliança aliou e cooptou os agentes do poder tradicional, na repressão contra as formas de organização dos trabalhadores rurais que ressurgia através da ação sindical e da ação pastoral da Igreja Católica. A manutenção de um vazio político no campo era condição necessária para que a aliança pudesse desenvolver o seu projeto econômico. Para contribuir com o seu desenvolvimento, o governo criou algumas instituições com o objetivo de controlar os espaços vazios de poder. É o caso Ação Cívico Social (ACISO), criada pelo Exército na época do combate à guerrilha, da Operação Rondon criada pelos militares através do Ministério do Interior, e o MOBREAL: projeto de alfabetização criado pelo poder central com o objetivo de controlar as comunidades no campo.

Assim o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização tecnológica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho. Por fim, com os projetos de colonização, transferiu parte da população expropriada para a Amazônia. Conforme Oliveira, 1988b, p. 74: "Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da "Operação Amazônia", pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho". Para efetivar esse objetivo, os empresários contaram com a total tolerância do Estado, e não pouparam medidas violentas contra os posseiros e os índios que resistiam a essa política. Com a garantia das Forças Armadas e com o consentimento do Estado, os grupos econômicos contratavam pistoleiros para expulsar índios e posseiros. Neste período de nossa história vieram se somar outros tantos assassinatos e genocídios que foram registrados por diversos trabalhos que denunciaram essa violência.⁶

⁶ Entre outros estão os trabalhos da CPT - Comissão Pastoral da Terra (que publica anualmente seus trabalhos denunciando a violência no campo). Vale destacar as pesquisas de Vanucchi Leme e Pietrafesa - "Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985). Publicação do MST. São Paulo, 1986; Anistia Internacional - Brasil: violência autorizada nas áreas rurais. Publicação da Anistia Internacional. Londres, 1988; MIRAD/CCA - Conflitos de Terra. Brasília, 1986.

A implantação dessa política agrária resultou na manutenção dos latifúndios existentes e na criação de inúmeros latifúndios, especialmente, na Amazônia. Outros resultados foram: a disseminação da agroindústria nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, através da monocultura para exportação (soja, laranja, etc.) e da cana de açúcar para produção do álcool. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia e em maior número para as cidades.

A lógica da militarização da questão agrária foi manter o controle do Estado sobre os conflitos por terras e sobre as *terras devolutas*⁷. Para realizar esta estratégia, o poder central manteve a federalização dessas terras e do problema da terra. Nessa lógica, em 1982, o governo militar cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), convidando um general para continuar controlando um histórico problema nacional: a terra.

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, a partir dos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a "modernização" da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas, como demonstramos na parte seguinte sobre a intensificação da concentração de terras.

O aumento da intensidade do caráter concentrador da terra.

Para uma idéia mais aproximada da marca da concentração de terras, apresentamos a seguir dois gráficos. O primeiro representa o aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada no período de 1940 até 1970 e o segundo no período de 1970 até 1985. Nos gráficos, é possível visualizar a intensificação da concentração da terra, após a implantação da política de desenvolvimento agropecuário do governo militar.

⁷ - Terras devolutas são terras públicas. No Brasil, a maior parte dessas terras foram griladas, ou seja, tiveram seus documentos falsificados e foram apropriadas por grandes latifundistas. Esse processo também é conhecido por grilagem.

Gráfico 1 - Aumento Percentual do Número de Estabelecimentos e da Área Ocupada Brasil - 1940/70

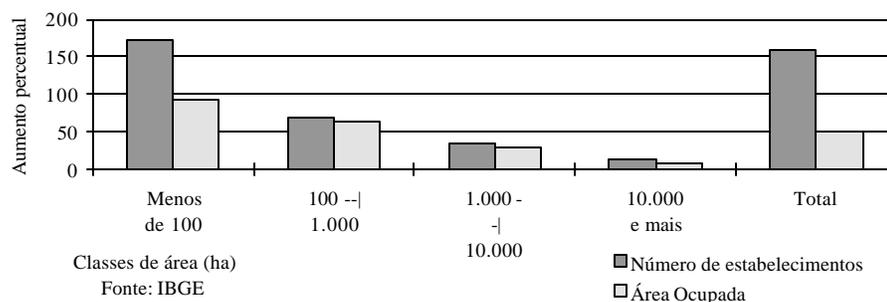
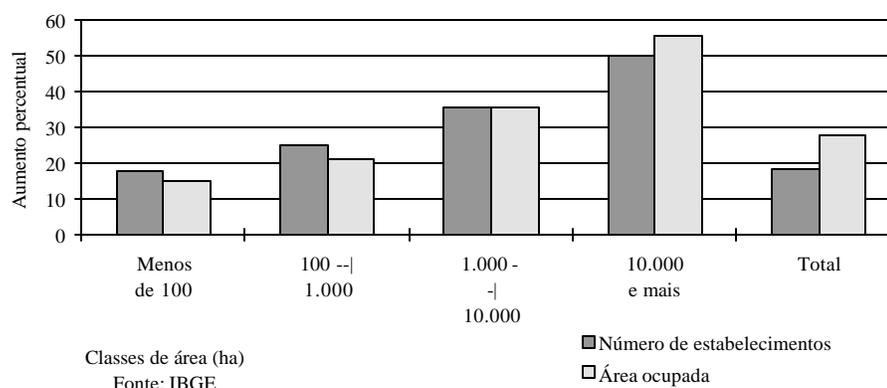


Gráfico 2 - Aumento Percentual do Número de Estabelecimentos e da Área Ocupada Brasil - 1970/85



Confrontando os gráficos 1 e 2, as evidências da intensificação da concentração da terra podem ser observadas nos aumentos percentuais dos números de estabelecimentos e das áreas ocupadas, notadamente, no segundo período.

O aumento da área total dos estabelecimentos no primeiro período, que é de 30 anos, foi de aproximadamente 50%. Observe-se que, os estabelecimentos de até 100 hectares tiveram o maior aumento percentual tanto em número quanto em área, apresentando uma tendência de crescimento do número de pequenas propriedades. Os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares cresceram 70% e sua área aumentou 64%. Observe-se, também, a tendência decrescente do aumento percentual do número dos estabelecimentos da área ocupada das outras classes.

O aumento da área total dos estabelecimentos no segundo período, que, embora seja de 15 anos, foi de 28% e demonstra, em parte, o destino que a política de desenvolvimento agropecuário deu às terras públicas através dos grandes projetos subsidiados. Pode-se observar que, nesse período, iniciou-se uma nova tendência de aumento percentual do número

de estabelecimentos e da área ocupada. O maior aumento percentual foi dos grandes latifúndios. A classe de área que teve maior aumento percentual foi a de mais de 10.000 hectares, que cresceu 55% em área e 50% em número de estabelecimentos, acompanhada pela classe de 1.000 a 10.000 hectares, que teve um aumento de 35%, tanto em área quanto em número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares cresceram, em número, 25% e tiveram a sua área aumentada em 21%. Já os estabelecimentos de menos de 100 hectares tiveram o menor aumento percentual. Cresceram, em número, 18% e tiveram a sua área aumentada em apenas 15%.

Num período de 15 anos, 48.4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do Estado de São Paulo.

De acordo com Oliveira, 1991, neste "paraíso dos latifúndios" temos 50.105 estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que representam menos de 1% do número total, controlando 43.9% da superfície agrícola do país, ou seja 164.684.300 hectares. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares representam 9% do número total (518.618) e controlam uma área de 131.893.557 hectares (35%). Do outro lado, temos 5.252.265 estabelecimentos com menos de 100 hectares, representando 90% do número total, ocupando 21.18% da superfície agrícola.

Estes dados mostram a evidência do aumento da intensidade do caráter concentrador da estrutura fundiária brasileira, durante o regime militar.

Finalmente, para visualizar melhor esse processo de concentração de terras, reforçado pela política agrária do regime militar, basta observar a tabela 1, onde podemos ver a área dos 27 super - latifúndios que ocupam áreas maiores que a de alguns estados brasileiros.

TABELA 1 - OS MAIORES LATIFUNDIÁRIOS DO BRASIL

Classificação e nome	Unidades Federativas	Área (ha)
01 - MANASA - Madeireira Nacional S/A	Amazonas e Paraná	4.140.767
02 - JARI Florestal e Agropecuária Ltda.	Pará	2.918.892
03 - APLUB Agroflorestal da Amazônia	Amazonas	2.194.874
04 - Companhia Florestal Monte Dourado	Pará, Amapá	1.682.227
05 - Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Piauí	1.076.752
06 - COTRIGUAÇU - Colonizadora do Aripuanã S/A	Mato Grosso	1.000.000
07- João Francisco Martins Barata	Amapá	1.000.000
08- Manoel Meireles de Queiroz	Acre	975.000
09- Rosa Lima Gomes Amora	Amazonas	901.248
10- Pedro Aparecido Dotto	Acre	804.888
11- Albert Nicola Vitale	Bahia	797.575
12- Antonio Pereira de Freitas	Amazonas	704.574
13- Malih Hassan Eumadula	Amazonas	661.173
14- Moraes Madeira Ltda	Amazonas	656.794
15- INDECO S/A - Int. Desenvolvimento e Colonização	Mato Grosso	615.218
16- Mario Jorge de Medeiros Moraes	Amazonas	587.883
17- Agroindustrial do Amapá S/A	Amapá	540.613
Francisco Jacinto da Silva	São Paulo, Mato Grosso do Sul e Amazonas	460.406
19- Plínio Sebastião Xavier Benfica	Amazonas	452.000
20- Companhia Colonizadora do Nordeste	Maranhão	448.000
21- Jorge Wolney Atalla	Amazonas	436.340
22- Jussara Marques Paz	Amazonas	432.119
23- Adão Medeiros Paz	Amazonas	432.119
24- Adalberto Cordeiro e Silva	Acre	423.170
25- Rômulo Bonalumi	Acre	406.121
26- União de Construtoras S/A	Bahia	405.000
27- MAPEL MAROCHI Agrícola e Pecuária Ltda.	Pará	398.786
Total		25.547.53
		9

Fonte: Cálculos, Tabulação e Idealização do Engº Agroº Carlos Lorena à partir de dados do INCRA. Publicado em "Alguns Pontos de Discussão sobre a Questão da Reforma Agrária: O Caso do Brasil", José Gomes da Silva. (in, Oliveira, 1991: 33).

A luta pela terra, pela reforma agrária e para construir a democracia.

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas quotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Em meados da década de oitenta, José de Souza Martins escrevia que, com a militarização da questão agrária, os militares tentavam administrar o enorme conflito social que cobria (e cobre) o país inteiro. "Através da militarização, o governo tenta controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica" (Martins, 1984, p. 15).

As lutas sociais decorrentes da política econômica e fundiária do governo militar surgem com uma realidade completamente nova no campo. Esta realidade carregada de contradições desafia as formas institucionais no período de abertura política.

Assim, neste novo momento, as instituições: Estado, partidos, sindicatos, igrejas, etc., são obrigadas a responder à violência com que a questão agrária tem sido tratada. Durante o regime militar foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os *despejos*⁸. violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a exploração dos trabalhadores assalariados e sem direitos, etc. Esses são fatos reais dessa política de desenvolvimento que quis levar o "progresso" para o campo (numa concepção burguesa do termo), que, ao fortalecer uma única forma de relação social, através da violência da cassação dos direitos, promoveu a miséria resultante da expropriação e exploração. Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais: *posseiros*⁹, sem-terra e assalariados, organizam-se para transformá-la.

Essa realidade se manifesta na cidade, lugar econômico e sobretudo político por excelência do mundo industrializado, onde a necessidade e o sentido da reforma agrária passam a fazer parte dos discursos dos partidos, dos sindicatos e, de certa forma, do Estado. Contudo, aqui se coloca uma questão essencial. No universo urbano, as forças políticas pró-reforma agrária vêm, muitas vezes, esse processo político numa perspectiva economicista, a partir de uma forma contratual. É exatamente aí que está o confronto, porque os trabalhadores rurais

⁸ - Despejo é o termo utilizado para a desocupação de uma área de litígio. A palavra é significativa, pois possui um sentido pejorativo por, de fato, tratar as pessoas como coisas, objetos que possuem menos importância que as terras cercadas.

⁹ - Posseiro é o camponês que possuindo a terra não é proprietário. Para ser proprietário é preciso ter a posse e o domínio, por meio de uma certidão de propriedade.

sem-terra e os *posseiros* não estão negociando dentro da perspectiva do capital, mas sim uma relação que, embora formalmente subordinada ao capital, este não tem o controle real. Sobretudo, porque essa visão exclui as alternativas políticas construídas pelos trabalhadores rurais, que não estão lutando só por melhores condições de trabalho, mas sim para negociar o direito de propriedade, e é por isso que estão ocupando terra, para continuar o seu processo histórico como lavrador, agricultor, camponês, etc., e não como trabalhador assalariado. A luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia-a-dia pelos trabalhadores sem-terra. Mexer no direito de propriedade implica em mudanças de poder. Esta é a essência da questão, porque

a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluiu da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país. (Martins, 1984, p. 17).

Durante o período da ditadura militar, surgiu um fato inteiramente novo: o espaço de socialização política criado no processo de mudança no interior da Igreja Católica, a partir do final dos anos sessenta. Embora alguns setores da Igreja tenham se envolvido com o golpe de 64, apoiando-o, acreditando que o Estatuto da Terra quebraria as barreiras do latifúndio, permitindo o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida no campo, esta expectativa logo foi abandonada. O que aconteceu de fato foi a implantação da grande empresa capitalista no campo. As mudanças que a Igreja esperava não eram as que o Estado implantava. O tipo de propriedade que o Estado defendia não era o tipo de propriedade que a Igreja estava defendendo. "A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da *acumulação*, mas na perspectiva da *distribuição*. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a idéia de pobre e pobreza, e não com a idéia de acumulação que é o que está presente muitas vezes nas posições de partidos políticos de oposição, os partidos de esquerda em geral" (Martins, 1986c, p. 68, grifos do autor).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas a partir do início dos anos sessenta, foram os lugares sociais onde se constituíram os espaços de reflexão sobre a realidade e, onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão. Assim as CEBs representaram, nesses anos, os espaços de confronto, de ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada. É desses espaços que vão surgir os novos sujeitos que se politizam e começam um processo de construção de novas formas de organização social. Ao mesmo tempo, com o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, alguns religiosos: padres, seminaristas, bispos e também os trabalhadores rurais começaram a sofrer a perseguição do Estado autoritário.

Assim, no final da década de setenta, em diferentes pontos do país as ocupações de terra se intensificam, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo com diversas

denominações. Nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos por terra¹⁰. A maior parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais conta com o apoio da Igreja Católica e de alguns partidos de oposição que começavam a ser legalizados, assim como do novo sindicalismo em ascensão.

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político através das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra.

As experiências de luta, construídas a partir das CEBs, contribuíram para o nascimento do MST. As comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra.

Com as mudanças políticas ocorridas em meados da década de oitenta, como resultado da ação da sociedade em diversos movimentos políticos contra a ditadura militar, lutando pela implantação da democracia no Brasil, na cidade e no campo cresceram as organizações de trabalhadores conquistando novos espaços. Neste "novo" momento da História do Brasil, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, diversos partidos políticos e inúmeras entidades pró-reforma agrária articulam-se para exigir do primeiro governo da Nova República - um projeto de reforma agrária.

Em 1985, no início da Nova República, com o falecimento do Presidente Tancredo Neves, eleito pela via indireta, José Sarney, então vice-presidente, é empossado na Presidência da República. Para ocupar a presidência do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) (antigo MEAF - que foi transformado, em 30 de abril de 1985 através do Decreto 91.214, em MIRAD) foi nomeado, ainda por Tancredo, o advogado paraense Nelson Ribeiro e, para ocupar a presidência do INCRA, o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, antigo batalhador pela reforma agrária no Brasil que já havia vivido diversas experiências: "a experiência do autor no assunto vinha dos tempos da Revisão Agrária Paulista, em 1959, de cursos e de viagens internacionais nas áreas de Reforma, da participação na elaboração do anteprojeto do Estatuto da Terra e da presidência da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), que exercera durante o período 1964/65" (Silva, J. G. 1987, 45).

No final de maio daquele ano, o grupo coordenado pelo presidente do INCRA entrega uma Proposta de Reforma Agrária às lideranças políticas. No jogo de forças, a Proposta foi completamente desfigurada. Em 10 de outubro, o presidente Sarney assinava o Decreto 91.766 aprovando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Naquele mesmo ano surgia a União Democrática Ruralista (UDR) que mobilizava os latifundiários para pressionar o governo Sarney contra a realização do PNRA. Os limites da

¹⁰ A respeito, consultar Santos Filho, J. dos R. e Porto, M. Y. - *A geografia da Violência e algumas presenças em conflitos pela posse da Terra*. In Reforma Agrária No. 1, Vol. 14. Campinas, 1984.

reforma agrária ficaram explicitados com os recuos que o PNRA sofreu durante a sua elaboração. Foram doze versões que desfiguraram totalmente a Proposta apresentada pela equipe do engenheiro agrônomo José Gomes da Silva: "Para ilustrar o grande recuo do projeto Sarney preferimos, contudo, simplesmente mostrar o que significou quantitativamente, a criação da esdrúxula figura do *"latifúndio produtivo"*, de autoria dos juristas do Palácio do Planalto. Essa análise é aqui efetuada com base nas diferentes interpretações do estranho parágrafo 2º do artigo 2º do referido decreto Nº 91.766. Segundo a opinião abalizada de Luís Edson Fachin, o dispositivo é paradoxal ao tentar criar a figura do *"latifúndio produtivo"*, mas que "tem sua razão de ser", do ponto de vista dos adversários da reforma, é claro." (Silva, 1987, p. 145. As aspas são do autor).

A desfiguração da Proposta tornou o Projeto inviável, representando assim a vitória das forças políticas contra a reforma agrária. Na verdade, a perspectiva de elaboração de um outro projeto de reforma agrária, que não seria implementada, era uma condição para a criação de um novo pacto político, para a sustentação do governo que assumia o poder. Dessa forma, o Estado realizava apenas uma política de *assentamentos*¹¹ para minimizar os conflitos fundiários. No final do Governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.

Mas, a grande derrota da luta pela reforma agrária aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, onde o capítulo sobre a reforma agrária sofreu um enorme retrocesso, tendo como referência o Estatuto da Terra. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários. Interesses agora representados não apenas pelos "coronéis", mas também pelos empresários que se apropriaram de grandes extensões de terras durante os anos de ditadura militar. Dessa forma, as forças conservadoras representadas pela UDR, conseguiram aprovar um "dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável. Espertamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar. A viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentado estes artigos da Constituição e de outra Lei Complementar definindo o *Rito Sumário*¹² das desapropriações." (Tonelli, 1993: 12).

Com a derrota sofrida na Constituição, iniciaram as ações de diversas entidades pró-reforma agrária e dos movimentos sociais, que resultaram, em 1989, na elaboração de uma proposta de *Lei Agrária* e outra de *Rito Sumário* apresentadas pelo deputado Antônio Marangon do Partido dos Trabalhadores (PT), na forma de projetos de lei.

No governo do presidente Fernando Collor (1990 - 1992)¹³ a reforma agrária sofreu um golpe mortal. Durante a campanha, o candidato prometeu que assentaria 500 mil famílias, uma redução brutal com relação ao PNRA, o seu projeto de reforma agrária, denominado

¹¹ - Assentamentos são áreas desapropriadas onde são implantados os projetos de reforma agrária. É o lugar social novo de formação de uma comunidade rural.

¹² - Rito Sumário é uma Lei para agilizar os processos de desapropriação dos latifúndios destinados à reforma agrária.

¹³ - O presidente Fernando Collor envolvido em uma rede de corrupções, sofreu o processo de cassação em 1992, sendo substituído pelo vice - presidente Itamar Franco.

Programa da Terra, previa o assentamento de apenas 400 mil famílias no período 1991/94. No entanto, os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maior parte, resultados de projetos do governo anterior.

O recrudescimento da luta pela terra com o aumento da violência no campo, a realização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da *pistolagem*¹⁴ levou, em 1992, os deputados do Núcleo agrário do PT a recolocar o assunto em pauta. Em um acordo feito pelas lideranças do PT e partidos de centro-esquerda, foi possível votar e aprovar em julho de 1992 um projeto de Lei Agrária.

Aprovado o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, coube ao Presidente Itamar Franco sancioná-la. Neste momento, diversas entidades e instituições pressionaram e apelaram ao presidente para que o mesmo vetasse alguns dispositivos que tornariam a Lei Agrária inaplicável.

No início do mês de fevereiro a Coordenação Nacional do MST, composta por 22 dirigentes representado quase todos os estados, onde o MST está organizado, realizou uma audiência com o Presidente. Nesta audiência a Coordenação apresentou um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a realização da reforma agrária e entre estas os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei Agrária, que impediriam a sua efetivação. Um dos artigos, que os trabalhadores exigiam o veto, referia-se às terras adquiridas por via judicial. Este era um dispositivo elaborado para atender os interesses dos bancos e continuar propiciando a especulação fundiária. Outro artigo colocava como condição que enquanto existisse grandes latifúndios na Amazônia, não poderiam ser desapropriados latifúndios menores em outras regiões do País.

A Lei Agrária foi sancionada em 25 de fevereiro de 1993. O Presidente Itamar Franco vetou dez dispositivos, entre estes, em parte: os artigos reivindicados pelos trabalhadores Sem-Terra.

Finalmente, com a existência de uma lei de reforma agrária, a luta que se travou no Congresso Nacional foi pela aprovação da Lei de Rito Sumário. A Lei foi sancionada sem vetos, pela Presidência da República, em julho de 1993. Todavia, são diversos os artigos dessa Lei que são objetos de contestação durante as desapropriações. Dessa forma, embora já existam dispositivos legais, a reforma agrária só acontece na prática com a intensificação da luta pela terra, por meio das ocupações. Diante dessa condição, o número de ocupações cresceu. Em 1993, foram realizadas 89 ocupações com 19.092 famílias. Em 1994, aconteceram 119 ocupações com 20.116 famílias. Em 1995, os sem-terra realizaram 146 ocupações com 30.476 famílias. Em 1996, os sem-terra realizaram 398 ocupações com a participação de 63.080 famílias¹⁵.

A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é movimento. Nela, fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiriam sem essa ação. A ocupação é a

¹⁴ - Pistolagem é o nome dado à ação de assassinos contratados por latifundiários para matar trabalhadores rurais.

¹⁵ - Comissão Pastoral da Terra, 1997.

condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam continuamente a sua história. Não concebê-la é não ser concebido. Com a ocupação, cria-se a condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem-terra sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação. Recentemente, o governo vem tentando impedir essa forma e condição de luta, com a medida provisória 1.577/97. Essa medida provisória impõe a não desapropriação das terras ocupadas.

Durante o governo Itamar Franco houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos, todavia, em situação mais promissora do que no governo anterior. Nesse período, não surgiu nenhuma proposta de reforma agrária. Apenas a tentativa de administração dos conflitos e das ocupações de terras com a realização de novos assentamentos.

No atual governo - Fernando Henrique Cardoso - a reforma agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto se limita a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura. Suas metas para o programa de assentamentos rurais são de 280 mil famílias no período 1995/98. Outra redução brutal com relação ao PNRA. Mesmo assim, a viabilidade da realização das metas é duvidosa, considerando a aliança política que sustenta o governo.

A política agrária colocada pelo atual governo, na realização de seu projeto de reforma agrária, dá continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares. Esta posição linear e economicista não reconhece a importância e o potencial da pequena agricultura no processo de produção agrícola. A agricultura familiar ainda é vista como atrasada enquanto o único modelo viável é a agricultura capitalista.

Passados trinta e quatro anos do Estatuto da terra e treze do I Plano Nacional de Reforma Agrária, os conflitos permanecem e tendem a crescer. Esse é um dos principais elementos da questão agrária do final deste século, ao se concretizar a contradição inerente da política agrária implantada em meados dos anos sessenta. Paralelamente cresceram a produção de alimentos e o número de brasileiros que passam fome, excluídos pelo modelo de modernização econômica.

Neste contexto, a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas agrícolas, que contribuem para com a sua desestruturação, enquanto a luta pela terra e a luta pela reforma agrária permanecem como condições de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura

As lutas no campo continuam crescendo, muito mais pelas deliberações dos trabalhadores Sem-Terra tiradas no seu Primeiro Congresso, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba - PR, que têm nas ocupações de terra o principal avanço da reforma agrária, do que na aplicação do PNRA que, praticamente, não tocou na estrutura fundiária. Desde então, nenhum outro governo propôs a elaboração de um novo plano de reforma agrária.

Assim, a luta pela terra continuou em todo o Brasil, especialmente, sob o lema OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR. É este processo de luta na construção do MST que apresentamos a seguir.

A gênese e a natureza do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde *Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso*, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito.

Nessa parte, apresentamos os períodos desse momento histórico da luta pela terra e da formação do MST, compreendidos entre 1978/9 e 1984/5 - 1988/89 - 1994/5 - 1997/8. No primeiro período da luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais. Os desafios se apresentavam no avanço da luta em relação aos partidos políticos, legais e clandestinos, nas rupturas com tradições e práticas conhecidas e pelo rompimento com esquemas populistas do passado etc. Rompendo com estruturas, se desafiando e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais sem-terra iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra.

A formação de vários movimentos sociais aconteceu em um processo de gestação no decorrer dos anos setenta. Assim, o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares: estratégia político-cultural concebida no universo destes sujeitos.

No início desse período, no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações realizadas no Estado do Rio Grande dos Sul, em 1979; as ocupações efetuadas no Estado de Santa Catarina, em 1980, ainda nesse ano, no Estado do Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Governo Federal que, com a construção da barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas. O Estado propôs apenas a indenização em dinheiro, enquanto os camponeses exigiam outras terras. No Estado de São Paulo a luta dos *posseiros* representava a retomada da luta dos sem-terra e no Estado do Mato Grosso do Sul, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nas outras regiões do País.

Na cidade a luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves que irromperam no processo de redemocratização do país. Conforme Sader,

"a novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que

irrompiam na cena pública reivindicando os seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua apresentação... Era a manhã ensolarada do dia primeiro de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por oito mil policiais armados, com ordem de impedir qualquer concentração." (Sader, 1988, p. 26/27).

Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular, emerge o "novo sindicalismo", cuja potencialidade e reconhecimento político eram destacadas, de diversas formas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Outra luta que se desenvolvia era a da criação de um partido que defendesse os interesses dos trabalhadores: o Partido dos Trabalhadores - PT. Essas lutas representavam a reconquista dos direitos, da dignidade da classe trabalhadora e, portanto, motivavam as lutas que se realizavam no campo.

Nesse momento de ruptura e desafios às instituições convencionais, os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. As lutas populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, principalmente da Igreja Católica, do "novo sindicalismo" representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Estas instituições foram, no transcorrer do tempo, as principais matrizes político - culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. Mas a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. Estas, evidentemente, não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos. Esta luta em movimento requer avanços e a Igreja, os sindicatos e os partidos contribuíam dentro das dimensões das suas estruturas.

Vale dizer que a luta pela terra é um dos problemas sócioespacial e político de que estas instituições se ocupam. A reforma agrária consta em seus programas como um objetivo a atingir, mas não são os sujeitos realizadores do processo. Estas instituições aparecem no cenário da luta como "apoio", através das alianças, mas de fato os verdadeiros realizadores são os trabalhadores, são eles que fazem a luta. Mas a forma de organização dos movimentos sociais tem a eficácia de permitir que estas instituições o perpassem. Assim, acontece uma interação conflitante e, em seu desdobramento, os sujeitos que se fazem na luta vão reconhecendo o seu papel nesse processo - a sua competência e a sua legitimidade. Nas palavras de Sader, 1991, os movimentos sociais *"mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema da representação política. Através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas. (Sader, 1991, p. 314).*

Em suas experiências, na formação do movimento, os trabalhadores ao conquistarem o seu próprio espaço, construíram o espaço de socialização política, que, dimensionado, possibilitou a elaboração de práticas, de formas de luta como enfrentamento nos diferentes

níveis das relações sociais. Assim (se) fazendo, ampliam o sentido da luta pela terra que passa a ser entendida para além da questão econômica, ou seja, é também um projeto sociocultural de transformação das suas realidades. Os efeitos sociais desse movimento sobre as relações sociais atingem toda a sociedade. Estes são frutos dos conflitos e, também, das ações desses sujeitos que tem por objetivo causar transformações específicas e gerais nas relações de poder.

CEBs: lugar social e espaço de socialização política.

Na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Esse espaço político havia nascido no começo dos anos sessenta, quando começaram a surgir as primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Nessas comunidades, começa a ganhar importância a reflexão sobre a realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal. Para a execução dessa prática, foi preciso construir, nesse lugar, um novo espaço, novas dimensões e novos valores. As comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de "paz" para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas sobre a vida.

A razão histórica da existência desse espaço é compreendida, primeiro, pela expansão capitalista no campo e, segundo, pelas mudanças profundas sofridas, em parte, nas estruturas da Igreja Católica no início dos anos sessenta. O envolvimento dos sacerdotes com a realidade dos trabalhadores e o surgimento das CEBs como lugar de reflexão modificaram as relações políticas em diversas localidades. "Em vários lugares, e no campo, onde as comunidades surgiram, a mudança da orientação pastoral fez com que o sacerdote, nas visitas de desobriga, deixasse de hospedar-se na casa do patrão para hospedar-se na casa do camponês" (Martins, 1984, p. 108). Esta nova postura sóciopolítica avança ainda mais a partir dos documentos de diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), publicados após o Concílio Vaticano II (1965), a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, Colômbia (1968) e a III conferência em Puebla, México (1979). Nesse movimento de renovação da igreja pela teologia da libertação, as comunidades eclesiais de base começavam a criar novos espaços.

Com relação à realidade do campo brasileiro, uma das ações da igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Trabalhando conjuntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, contribuiu na organização e na luta dos trabalhadores. Esse processo de organização possui algumas características que nos ajudam a compreender o multidimensionamento do espaço social, a formação de um novo sujeito histórico e a elaboração das formas de organização social, das quais emergem os novos movimentos sociais.

Dentro de uma visão libertadora da nova evangelização (Boff, 1990 e 1992), os pobres - expropriados, explorados e muitas vezes miseráveis - deixam de ser vistos como "cordeiros", e, nas CEBs estes sujeitos passam a ser vistos em toda a sua dimensão. Assim a igreja

incorpora em seus rituais e trabalhos na comunidade: a cultura, o interesse, a vontade e o conhecimento para refletir a história e evidentemente a realidade econômica desse povo. É nessa perspectiva que "o pobre emerge como sujeito de sua libertação e também da nova evangelização. Ele é sujeito criador de igreja. As CEBs representam a obra dos próprios oprimidos, que, apoiados por tantos bispos, padres teólogos e outros agentes sociais, a partir de sua fé e de sua cultura estão recriando a Igreja como comunidade de vida" (Boff, 1992, p.35)

As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização sobre a realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em "espaços de liberdade", no sentido que ali se podia falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, através da ampliação desse processo pedagógico, onde os sujeitos refletiam sobre as suas histórias, também começou-se a articular ações de resistência contra as injustiças. As celebrações passaram a contar com a participação dos leigos, que deixavam de ser meros espectadores. Os sacerdotes motivavam as pessoas a se manifestarem, abrindo a palavra em determinado momento da homilia. A leitura do evangelho era associada à realidade da luta da comunidade. Desta forma, as celebrações, também, passaram a ser momentos de reflexão sobre a vida concreta, ou seja, a leitura do evangelho era calcada no real, havia uma relação direta com a história, com a cultura e com a situação econômica daquelas pessoas na sua trajetória de vida e de seu espaço de vida. As CEBs se tornavam um espaço de socialização política, onde as famílias se reuniam para se conhecerem, e pensar sobre o seu papel na sociedade. Ali se discutia os mais diversos temas, algumas vezes orientados pelos temas das campanhas da fraternidade, noutras vezes orientados pela própria ação da comunidade. As pessoas participavam das mais diversas formas: ensinando a partir da sua própria história, ou associando com o conteúdo dos livretos ou da Bíblia. Participavam apreendendo sobre si mesmas e sobre a coletividade. Construía-se um espaço personalizado e coletivizado.

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, onde a participação praticamente inexistia e os cidadãos estavam tentando se organizar para lutar pelo direito de ter direito, as CEBs propiciavam um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reuniam para aprender através do método ver, julgar e agir. As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e valorização das pessoas motivava a participação de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. Conforme a representação feita por Leonardo Boff, podemos ver as diferenças nas hierarquias da(s) igreja(s) conservadora e progressista. Obviamente que o que está em questão é uma relação política e, portanto, de poder, subordinação e democracia.

A concepção Igreja-Povo-de-Deus inverte a relação quanto aos ministérios. Supõe uma troca de eclesiologia. A Eclesiologia clássica, que ainda vigora na cabeça de muitos, é uma Hierarquiologia, vale dizer, uma Igreja que só considera a Hierarquia. Numa representação a diferença é a seguinte:

<i>Deus</i>	<i>Cristo-Espírito Santo</i>
-	-
<i>Cristo</i>	<i>Comunidade-Povo de Deus</i>
-	-
<i>Apóstolos</i>	<i>Bispo-padre-coordenador</i>
-	
<i>Bispos</i>	
-	
<i>Padres</i>	
-	
<i>Fieis</i>	

“Nesta concepção, o fiel não tem nada. Apenas o direito de receber. Os bispos e os padres receberam tudo: é um verdadeiro capitalismo. Eles produzem os valores religiosos e o povo consome. Estilo monárquico e piramidal.”

“Todos os serviços ao Povo de Deus, dentro do Povo de Deus, em favor do Povo de Deus. Os serviços são posteriores. A comunidade é anterior. Estilo fraternal e comunitário. Flexível; conforme as necessidades surgem os serviços.”
Boff, 1981, p. 207

Esse modelo "parlamentar" flexível, que era a base da organização da CEBs, serviu como referência para as novas formas de organização social que emergiam, como foi o caso do MST. As CEBs eram os lugares onde foi possível criar espaços para se comunicar, apreender e se organizar para lutar, para enfrentar, de fato, o inimigo, para transformar a realidade dura e sofrida.

Conforme Martins: "tais espaços têm sido, nos últimos vinte anos, justamente os espaços de confrontos e dos conflitos sociais mais agudos, preponderantemente referidos à questão da propriedade da terra, rural ou urbana, agrícola ou de moradia" (Martins, 1989, p. 61).

No caso da luta pela terra, o livro do Êxodo era uma das referências para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades, durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a "fermentação" da caminhada à "terra prometida". Diante das leituras de suas condições sóciopolítica-econômico-culturais, os trabalhadores rurais iniciavam o confronto contra o modelo econômico de desenvolvimento da agricultura. No

desenvolvimento desse confronto produzido pelas relações sociais, criava-se um novo espaço, principalmente nas suas dimensões político-culturais, de resistência que foi a força motriz que deu início à territorialização da luta pela terra no Brasil nas últimas décadas.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1978/9 - 1984/5.

As ocupações que aconteceram nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, marcaram o nascimento do mais amplo movimento social da América Latina: o MST. As transformações econômicas e tecnológicas que aconteceram na agricultura brasileira geraram o crescimento econômico concentrado das riquezas e a miséria de milhões de brasileiros. O MST surgia para ocupar um espaço político importante na *luta pela terra e na luta pela reforma agrária*¹⁶. A Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base foi a principal articuladora das diferentes experiências de luta pela terra, propiciando a reunião dos sem-terra para discutirem as conjunturas de suas realidades. Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Essa superação se fazia necessária devido às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta.

A articulação aconteceu a partir dos encontros entre as lideranças das lutas localizadas. A CPT, que na época já possuía uma organização a nível nacional e estava presente em quase todas as lutas, promovia esses encontros. No Centro-Sul, um encontro importante foi realizado em julho de 1982, no município de Medianeira - Estado do Paraná - região Sul do Brasil. Em nível nacional, a CPT promoveu em setembro desse mesmo ano um encontro em Goiânia - Estado de Goiás - região Centro-Oeste do Brasil, onde participaram trabalhadores de 16 estados. Conforme João Pedro Stédile, um dos membros da Direção Nacional do MST:

"Aí foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande... Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiência: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi prá se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato. Tinha umas idéias assim: não a CPT

¹⁶ - Diferenciamos a luta pela terra da luta pela reforma agrária, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Um movimento social pode desenvolver a luta pela terra sem a existência de um projeto de reforma agrária. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, de toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária.

vai fazer isso prá nós. Como nós se conhecemos nessa reunião, nós dos estados do Sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar se reunindo, nós vamos continuar se encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos se reunindo periodicamente nestes cinco Estados do Sul. (João Pedro Stédile - MST).

Foi desses encontros que algumas lideranças, das lutas existentes no Sul do País, começaram a discutir as possibilidades de se organizar um movimento social mais amplo, que permitisse superar os problemas do isolamento. Assim, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapecó - no Estado de Santa Catarina - região Sul do Brasil - e criaram uma Coordenação Regional Provisória que reunia representantes de cinco estados do Centro-Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nesse ano, foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados - Estado do Mato Grosso do Sul, em Araçatuba - Estado de São Paulo e em Ronda Alta - Rio Grande do Sul. Ainda, conforme João Pedro Stédile:

"Aí essa Coordenação Regional resolveu o seguinte: por que nós não organizamos um negócio maior? Só estamos nós aqui do Sul. Vamos fazer um encontro nacional de conflitos pela terra. E convocamos um encontro nacional para janeiro de 1984 em Cascavel. Aí vieram, eu não me lembro se foram doze ou dezesseis estados. Todo mundo tinha luta pela terra. Essa era a marca para poder participar. Em todos esses encontros e também nesse encontro nacional, era um negócio muito integrado com a CPT que apoiava as lutas fazendo os contatos e conseguindo infra-estrutura. Bom aí fizemos esse encontro nacional em Cascavel, no Paraná, e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele ainda de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, esse já foi das próprias lutas". (João Pedro Stédile - MST)

As experiências construídas no cotidiano da luta proporcionaram aos trabalhadores uma nova forma de organização que, nas palavras de Eder Sader, "havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos".

Esse Encontro Nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem-terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem-Terra, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo em nível localizado. E foi então batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Neste encontro também foram elaborados os objetivos gerais do MST:

- 1 - *Que a terra só esteja nas mãos de que nela trabalha;*
- 2 - *Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;*
- 3 - *Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;*
- 4 - *Organizar os trabalhadores rurais na base;*
- 5 - *Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;*

6 - Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;

7 - Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.¹⁷

Estes objetivos representam a luta histórica dos trabalhadores rurais. Alguns apresentam as novas características dessa luta, como por exemplo os números 3 e 5 que têm por finalidade a aproximação dos trabalhadores sem-terra com o sindicato e com o partido, nos quais havia uma identificação de luta. O número 6 mostra a necessidade de tentar sair da dependência que tinham com relação à Igreja e o número 7, a ampliação da luta. As reivindicações tiradas nesse encontro foram (são):

1 - Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;

2 - Estabelecimentos da área máxima para as propriedades rurais;

3 - Desapropriação de todos os latifúndios;

4 - Desapropriação das terras das multinacionais;

5 - Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;

6 - Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;

7 - Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;

8 - Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor;

9 - Fim da política de colonização.¹⁸

Nessas reivindicações estão representados o passado próximo, nas transformações ocorridas no campo pela implantação da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar; o presente, pelas ocupações realizadas e pela nova forma de organização do movimento e o futuro, pelo país que têm que construir. Na fundação do MST, os trabalhadores construíram um novo espaço no cenário político brasileiro da luta pela terra.

Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba - capital do Estado do Paraná, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra. Concretizava-se assim uma parte desse processo histórico da formação do Movimento.

Passados 10 anos do início da caminhada da luta pela terra e da formação do MST, em 1995, na realização de seu Terceiro Congresso Nacional, o Movimento apresentou uma nova elaboração de seus objetivos gerais:

1 - Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;

2 - A terra é um bem de todos . E deve estar a serviço de toda a sociedade;

3 - Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;

¹⁷ - Agenda Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1987. São Paulo.

¹⁸ - Idem.

- 4 - Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;*
- 5 - Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;*
- 6 - Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.¹⁹*

Nesta nova elaboração, O MST manteve os mesmos princípios de transformação da sociedade a partir de suas ações, ampliando e atualizando os objetivos, o que representa algumas mudanças e que são resultados do próprio desenvolvimento das experiências construídas na contínua luta pela terra. Nesse sentido, apresentou também uma síntese de seu programa de reforma agrária:

- 1 - Modificar a estrutura da propriedade da terra;*
- 2 - Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;*
- 3 - Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;*
- 4 - Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;*
- 5 - Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;*
- 6 - Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;*
- 7 - Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;*
- 8 - Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.²⁰*

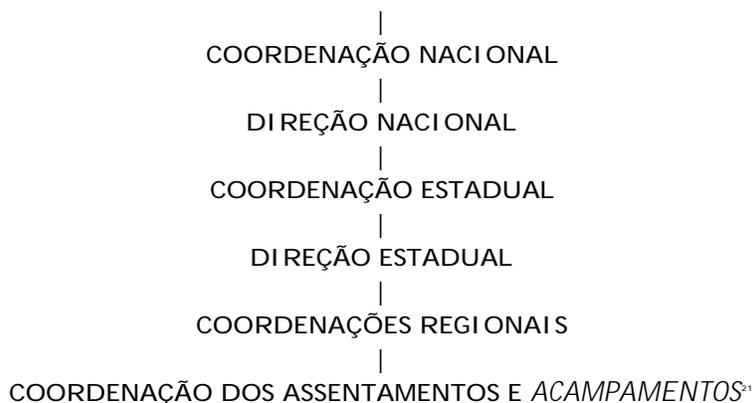
Estes pontos são uma síntese do programa agrário elaborado pelo MST. Eles apresentam o tipo de reforma agrária que o Movimento pretende alcançar e, ao mesmo tempo, as transformações necessárias para realizar o programa.

Nesse processo histórico do avanço das lutas, das conquistas de terra, dos assentamentos, dos novos desafios criados em cada vitória, os trabalhadores rurais foram construindo a sua organização; desde 1985 até hoje o MST foi se transformando de acordo com a realidade da luta e possui hoje a seguinte estrutura:

¹⁹ - MST - *Caderno de Formação n° 23*. São Paulo: MST, 1995a.

²⁰ - Idem.

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA



A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente 90 pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e 21 membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias.

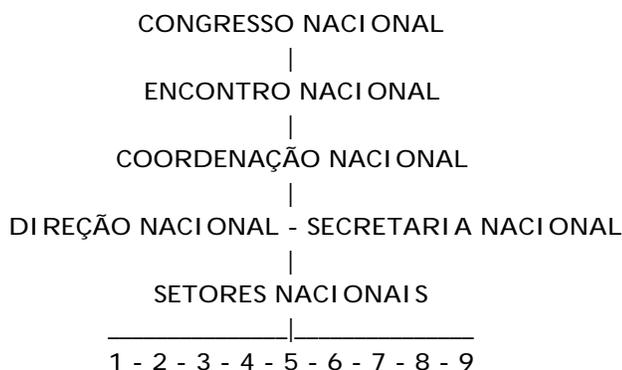
As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças etc. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA.

²¹ - Acampamentos são lugares sociais onde os sem-terra mantém um conjunto de barracos como forma de resistência, dentro de uma fazenda ou na beira de uma estrada.

Esta estrutura é a base de sustentação da forma de organização social do MST.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA



1 - Relações internacionais, 2 - Secretaria Nacional, 3 - Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 - Frente de massa, 5 - Educação, 6 - Formação, 7 - Comunicação, 8 - Finanças, 9 - Projetos.

A forma de organização social e a estrutura apresentadas são frutos de quase vinte anos de lutas pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. É importante destacar que tanto essa forma como essa estrutura estão em movimento constante, portanto, elas se transformam no dia-a-dia da luta. Nesses anos o MST tornou-se muito mais que um movimento social. Podemos denominá-lo como movimento socioterritorial, por sua práxis na luta pela terra, na conquista de frações do território. Todavia, ainda não construímos um conceito capaz de dar conta da dimensão que o MST tomou em todo esse tempo de luta. Essas lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico: educação, saúde, política agrícola etc.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1984/5 - 1988/9.

No primeiro período de sua história, o MST organizou-se em estados das regiões Sul, Sudeste e Centr-Oeste. O Primeiro Congresso do MST, realizado em janeiro de 1985, reuniu trabalhadores de todas as regiões do Brasil. Iniciava-se assim o processo de territorialização do

MST pelo Brasil. Desde então o Movimento começou a se organizar nas regiões Nordeste e Amazônia. Nesse período, o MST organizou-se em 12 estados.

O processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, as lideranças do setor de Frente de Massa realizam um trabalho de levantamento da realidade local. Procuram conhecer a questão agrária da região e a situação dos sem-terra. Com o apoio da Igreja Católica, de sindicatos de trabalhadores rurais e de partidos políticos, reúnem as famílias para refletirem sobre as suas vidas frente as perspectivas de trabalho e de terra na região. Formam uma coordenação local e iniciam o processo de criação de uma forma de organização social. Durante meses, analisam a conjuntura política, constroem os conhecimentos necessários para interpretá-la e procuram tomar decisões a respeito dos seus destinos. É um trabalho feito pelos próprios trabalhadores, a partir de suas experiências vividas. Com a consolidação dos grupos de famílias e da tomada a decisão de mudarem os rumos de suas vidas, partem para a ocupação da terra.

A ocupação é a condição da territorialização. Conquistada a terra, uma fração do território, organizam um novo grupo de famílias para nova ocupação, nova conquista de outra fração do território. Dessa forma, os Sem-Terra migram por todo o território nacional, plantando raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária. Esse processo dimensionado cria uma série de necessidades. Durante o período de acampamento surgem novas necessidades, como por exemplo: cuidar da educação das crianças, que por estarem em uma situação de transição, não têm escola. É preciso então contactar o governo para que providencie uma ou mais professoras. Quase sempre os sem-terra improvisam barracos para servirem de escola. Começam, também, os cursos de alfabetização de jovens e adultos. Como agora essa população faz parte de uma forma de organização social, construindo uma práxis, surge também o interesse pelo seu próprio desenvolvimento social. Quando viviam nas periferias das cidades, por estarem isolados, muitos não reforçavam suas necessidades, que agora renascem com a luta pela terra. No acampamento é criada uma infra-estrutura social para atender diferentes problemas das famílias acampadas, desde a educação, a saúde, a segurança etc.

A conquista da terra traz novas necessidades e renova a luta. Desse modo, nesse período, os sem-terra organizaram-se e criaram o Programa Especial de Crédito par a Reforma Agrária (PROCERA). Com este Programa, os *camponeses sem-terra*²² deram os primeiros passos para a elaboração de uma política agrícola voltada para os interesses da agricultura familiar.

O avanço da luta pela terra fez com que as forças reacionárias do latifúndio brasileiro se articulassem, criando a UDR e influenciando fortemente no processo constituinte, que se realizava no Congresso Nacional, inviabilizando a reforma agrária.

Em 1989, pela primeira vez na história do Brasil, um trabalhador iria disputar a Presidência da República. Luiz Inácio *Lula* da Silva foi candidato pelo Partido dos Trabalhadores. O MST trabalhou fortemente na candidatura de Lula. Uma articulação da burguesia nacional colocou como seu candidato o governador do Estado de Alagoas - um dos

²² - Camponês sem-terra é uma categoria política formada pelos sem-terra que conquistaram a terra. Embora o governo procure inculcar o conceito de com-terra, esses sujeitos mantêm a sua identidade. Com essa consciência política continuam lutando pela terra, organizando novos grupos de famílias sem-terra.

mais pobres estados nordestinos - conhecido pelo codinome de caçador de *marajás*²³. Há poucos dias das eleições, a mídia nacional, especialmente a maior rede de televisão do país, ensaiou um debate com os dois candidatos e numa manipulação vergonhosa apresentou resultados estatísticos do debate privilegiando o candidato Collor, contribuindo com a sua vitória.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1988/9 - 1994/5.

Esse período foi de estagnação da reforma agrária. O presidente eleito Fernando Collor, árduo defensor dos interesses e privilégios dos latifundiários, apresentou o Programa da Terra em que continha algumas metas para a implantação de assentamentos. Esse documento foi um subterfúgio para se esquivar do problema agrário. Era uma tática conhecida desde os governos militares, ou seja apresentar propostas que nunca serão efetivadas. Desse modo a repressão contra os movimentos sociais foi intensa. Sem perspectiva política de fazer a luta avançar, o MST voltou-se para dentro dos assentamentos, investindo no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, criando as cooperativas de produção e de serviços locais e regionais. Três cooperativas formavam a uma Central de Cooperativas por unidade da federação. As Centrais estão organizadas na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

A repressão agora não era somente pela força policial. O Poder Judiciário aparecia como uma nova cerca para impedir as ocupações, criminalizando as ações e mandando prender as principais lideranças do MST. A esse processo chamamos de *judiciarização* da luta pela reforma agrária, que tem resultado em prisões e massacres. Esse processo possui as seguintes dimensões: quando o Poder Judiciário encoberta o uso indevido da ação possessória, por exemplo: defender os interesses dos latifundiários que possuem terras devolutas e griladas; em caso de ocupação da terras, a realização do despejo em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos sem-terra; o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito.

O processo de judiciarização é histórico na luta pela terra. Só recentemente é que mostrou a sua face perversa porque os trabalhadores desvendaram uma realidade, em que o Poder Judiciário se escondia.

Esse desvendamento aconteceu pela derrubada das diferentes cercas da questão agrária. A primeira cerca é a de arame, é a cerca do latifúndio, são as cercas das terras devolutas e das terras que não estão sendo utilizadas em sua função social. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, é a cerca dos massacres anunciados, é

²³ - No Brasil, marajá é um termo utilizado para identificar o indivíduo, geralmente funcionário público, que ganha uma quantia exorbitante por seus serviços. N.A.

também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim os sem terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do Poder Judiciário.

Frente a todos os desafios, os sem-terra levaram a luta pela terra para à cidade, por meio de jornadas nacionais de luta, denunciando a violência do Estado e realizando manifestações conjuntas com outras categorias de trabalhadores. Por meio de caminhadas, os sem-terra percorreram milhares de quilômetros em todos os estados, denunciando a repressão e ocupando terras.

Em 1992, a FAO (Órgão da Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) apresentou um relatório de uma pesquisa nacional a respeito da realidade econômica dos assentamentos, denominado Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, resultado de um convênio com o Ministério da Agricultura, em que demonstrava a sustentabilidade das experiências dos assentamentos na consolidação da agricultura camponesa. Esse documento tornou-se a principal referência para a defesa da criação de uma política agrícola para a agricultura familiar.

O governo Collor caiu em 1992, cassado por um processo de impedimento, por causa de um grande esquema de corrupção, no qual o presidente estava envolvido. Assumiu a Presidência da República, o vice-presidente Itamar Franco, que abriu o diálogo com o MST e, embora não tenha apresentado nenhum projeto de reforma agrária, regularizou algumas áreas de conflitos, assentando as famílias acampadas. Durante o governo Itamar, o Movimento Sem-Terra realizou conjuntamente com outras instituições diversas manifestações nas principais capitais do País. A mais importante foi o Grito pela Terra Brasil, que reuniu os trabalhadores diversos movimentos sociais na reivindicação de uma política agrícola voltada para a defesa dos interesses da agricultura camponesa.

Nas eleições de 1994, concorrem à presidência o ex-sindicalista Luiz Inácio *Lula* da Silva pelo Partido dos Trabalhadores, em uma frente popular que reunia as forças de centro esquerda, e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em uma frente liberal que reunia as forças de centro direita. O MST apoiou outra vez a candidatura de *Lula*, pela existência histórica de uma identidade política entre o PT e o MST. A trajetória política de ambos fora construída em conjunto na luta. A proposta de reforma agrária do governo Lula era de assentar 800 mil famílias, em quatro anos, fomentando a produção da agricultura camponesa, garantido a distribuição de renda e levando a modernização integral para a produção familiar. Lula era o único candidato que apresentava uma proposta de mudança para a política agropecuária. Em sua proposta de reforma agrária, o candidato Fernando Henrique Cardoso propunha assentar 280 mil famílias em quatro anos. Na realidade não era uma proposta de reforma agrária, e sim uma política de implantação de assentamentos rurais.

Também com o apoio da mídia, da maior parte do empresariado e de sindicatos de trabalhadores ligados a frente liberal, Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições. Iniciava-se uma nova etapa sem solução para a questão agrária brasileira.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1994/5 - 1997/8.

Fernando Henrique Cardoso foi ministro do governo Itamar Franco. Desde então implantara o Real - plano de estabilização econômica que diminuíra consideravelmente a inflação no Brasil. Ao assumir o governo, desenvolveu uma política de reforço do neoliberalismo, que vinha sendo implantada desde o governo Collor. Por outro lado trouxe a agudização da crise na agricultura, transformando muitos camponeses em sem-terras. Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico da agricultura patronal contribuiu para o desemprego de milhões de trabalhadores assalariados. Esses dois problemas aumentaram o número da população na luta pela terra. Por essa razão aumentaram os conflitos fundiários. Em 1995, em Rondônia, na porção ocidental região amazônica, aconteceu o primeiro grande conflito que resultou na chacina de 9 sem-terra e dezenas de feridos e desaparecidos. Naquele ano, 500 famílias haviam ocupado uma fazenda no município de Corumbiara. Por ordem da Justiça, 300 policiais realizaram de forma violenta o despejo.

Em 1996, no dia 17 de abril, outro massacre, também na Amazônia. Dessa vez na porção oriental. No município de Eldorado dos Carajás, centenas de famílias sem-terra caminhavam por uma rodovia em direção à capital do Estado do Pará, quando foram surpreendidas por uma ação policial. Resistiram e foram massacradas. A ação violenta da Polícia Militar causou 19 mortes e dezenas de feridos²⁴. As famílias caminhavam para a cidade de Belém para negociar com o governo e exigir o assentamento imediato. O MST denominou o dia 17 de abril de Dia Internacional da Luta camponesa.

Desde 1994, surgiram outros movimentos sociais na luta pela terra. Alguns como dissensão do MST e outros formados a partir de suas próprias lutas. Em 1996, também surgiram muitos outros movimentos sociais na luta pela terra. O desemprego gera uma demanda crescente, principalmente nas pequenas e médias cidades. Uma opção importante para os trabalhadores assalariados rurais e urbanos desempregados é a luta pela terra. Dessa forma, é constante a formação de um movimento social no interior do Brasil. Os latifúndios estão em toda parte, bem como os sem-terra. Nesse ano aconteceu o maior número de ocupações das últimas décadas. Ver tabela 2.

²⁴ - No momento em que escrevo este artigo, aconteceu outra chacina nessa mesma região. Agora seletiva, pistoleiros a mando de latifundiários mataram dois sem terra e feriram outros dois durante um despejo. Os dois sem-terra mortos eram membros das direções nacional e estadual do MST.

TABELA 2
1996 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E NÚMERO DE FAMÍLIAS
POR ESTADO DA FEDERAÇÃO

Participação do MST

Estado	Nº ocupações ²⁵	Nº famílias	Nº ocupações - MST ²⁶	%	Nº Famílias MST ²⁷	%
Pernambuco	40	5.433	19	48	3.063	56
São Paulo	38	6.326	11	30	5.431	86
Paraná	37 ²⁸	6.952	53	143	10.135	146
Bahia	35	6.135	06	17	2.350	38
Pará	33	5.215	02	6	2.200	42
Rio Grande do Norte	29	2.524	12	41	1.240	49
Mato Grosso do Sul	25	3.489	05	20	1.478	42
Minas Gerais	25	1.371	01	0.4	80	06
Goiás	24	2.314	05	21	870	38
Mato Grosso	17	3.888	02	12	2.454	63
Sergipe	14	2.043	13	93	2.110	103
Paraíba	12	1.326	01	0.8	127	10
Santa Catarina	11	1.945	11	100	2.068	106
Maranhão	09	2.460	03	33	1.776	72

²⁵ - Ocupações registradas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT.

²⁶ - Ocupações registradas pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

²⁷ - Observe que o MST é o movimento social que realizou quase metade das ocupações ocorridas em 1996, representando 72% das famílias envolvidas.

²⁸ - Quando esse valor for menor que o constante na coluna nº de ocupações - MST, significa que não foram registradas todas as ocupações ocorridas naquele estado. Esse levantamento foi feito pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e pelas dificuldades, por causa da extensão do território brasileiro, a entidade não conseguiu registrar todas as ocupações. O MST possui um banco de dados em que registra todas as suas ocupações. Por essa razão pode haver diferença de números.

Tocantins	09	304	0	0	0	0
Rondônia	07	1.245	04	57	1.455	116
Ceará	07	679	05	71	695	102
Piauí	06	348	01	17	200	57
Alagoas	05	1.943	09	180	1.476	76
Rio Grande do Sul	04	4.926	03	75	2.603	53
Espírito Santo	04	950	03	75	1.310	138
Acre	03	110	0	0	0	0
Distrito Federal	02	630	05	250	1.763	280
Rio de Janeiro	01	300	02	200	334	113
Amazonas	01	24	00	0	0	0
Total	398	63.080	176	44	45.218	72

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - 1997. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1997.
Org. Bernardo Mançano Fernandes.

Em 1997, no mês de abril, o MST realiza a marcha nacional por terra, emprego e justiça. Dois mil sem-terra partiram de três diferentes pontos do País em direção à Brasília. A caminhada durou dois meses e, no princípio, foi desacreditada pelo Governo Federal. Todavia, ao chegarem em Brasília, tornaram-se o principal assunto da mídia, chamando a atenção e a admiração de todo o país. O MST planejou para chegar à cidade no dia 17, uma ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Em Brasília, mais de trinta mil pessoas participaram da marcha.

Na segunda metade da década de noventa, com a mudança da conjuntura política nacional, surgiu uma nova configuração socioeconômica e territorial da questão agrária brasileira. Essa consiste em um processo de transformação recente, que se manifesta pelas ações e pelas medidas dos trabalhadores sem-terra, dos latifundiários e do Estado.

No Brasil, a questão agrária sempre foi um problema constante e repetitivo. A promessa da realização da reforma agrária pelo Estado é repetida a cada governo. O prolongamento dessa questão constitui-se no emperramento da modernização da agropecuária, determinado por diferentes formas do histórico controle político, ajustado pelo Estado e pelos latifundiários. É uma questão estrutural e o arranjo desse enorme problema nacional mantém-se firme, quase inabalável, pelo seu vigor astucioso e fundamentado, tanto por um projeto técnico evolutivo, quanto por uma concepção conservativa e linear, relacionados com a dependência política internacional. Por séculos, movimentos camponeses tentaram romper com essa estruturação, “desenvolvendo” o problema fundiário. Entretanto, todas as ações ainda não foram suficientes para uma mudança eminente. Pela sua perenidade, a questão nutre-se de conflitos que desencadeiam situações singulares, renovando-se e, por conseqüência, atualizando-se. Nesse processo, ocasionalmente, a questão agrária assume feições diferenciadas na forma sem modificar a sua essência. Na segunda metade desse século, a cada década, a questão agrária brasileira apresentou diferentes aspectos. Em seu conteúdo, a questão agrária é, antes de mais nada, a questão da terra, a questão da democratização da propriedade da terra. É a solução do problema fundiário e o estabelecimento de um projeto socioeconômico e político camponês, o ponto de partida para a transformação da questão agrária.

Na década de noventa, uma nova configuração da questão vem sendo produzida nas ações dos sem-terra, pela conquista da terra, por um lado, e por outro lado pelas ações dos ruralistas para a contínua manutenção de seus privilégios e interesses. E no interior desse enfrentamento o Estado, pressionado, cria e executa medidas políticas objetivando o tratamento da questão.

A persistência da questão agrária é uma cerca a um outro projeto político, o qual milhões de trabalhadores lutam para estabelecer. O desdobramento da questão agrária é produto da atuação dos trabalhadores e da contestação dos ruralistas. Sem a resolução desta questão por meio de uma reforma agrária, os sem-terra manifestam-se, desafiando a imposição, minando a estrutura fundiária concentrada e saturada. As suas ações de ocupação do território são fracionadas. E são conquistas neutralizadas pela seguida expropriação dos outros camponeses que, não conseguindo resistir as políticas do atual modelo de desenvolvimento agropecuário, tornam-se sem-terra, num redesenhar do espaço geográfico e político. Caminham, procuram dar movimento à questão que produz a inércia. Enfrentam, defendem a vida, refletida em sua cidadania, com a própria existência. Recomeçam, formam-se em espaços de seus domínios e se apresentam novamente, para outra vez, tomar o seu projeto e recolocá-lo de frente à cerca. A terra existe, assim como a luta, a fome, a lei, a justiça e a esperança.

A saturação da questão agrária brasileira.

Neste momento, dizemos que a constância da questão agrária provocou sua própria saturação. Em sua existência, o poder evidente dos latifundiários, ancorados pelo Estado, inviabilizou uma solução até hoje. Essa mesma situação que garantiu a sua permanência, agora conduz o problema a outro desdobramento, que se apresenta como rescisão com sua inerência. Os senhores da questão, frente a ação intensiva dos trabalhadores, procuram perspectivas que mantenham os seus interesses, mesmo que possibilitando mudanças na questão. Existem dois fatos que contribuíram para a saturação: a intensificação das ocupações de terras e a queda do preço da terra. Hoje, o latifúndio está agonizando. A conservação de um latifúndio poderá se tornar, cada vez mais, inviável. O risco da ocupação é um “problema” manifesto e o custo de sua manutenção, com a queda do preço e frente à perspectiva de um imposto progressivo e de outras medidas políticas, é desinteressante. Com efeito, o INCRA vem se tornando, provavelmente, o maior comprador de terras para a realização de projetos de assentamentos.

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST.

Na nova conjuntura política que se formou após 1995, a queda dos preços da terra é um fato em quase todo o território nacional. Como exemplos: no Estado de São Paulo, de 1994 a 1996, o preço da terra caiu 35%; No Estado do Rio Grande do Sul, em diferentes microrregiões, o preço caiu entre 30% e 50%. São diversos os fatores que explicam essa crise do mercado de terras. Dois fatores interativos são: as mudanças recentes na economia nacional

diminuíram o processo inflacionário. Até então, a terra sempre foi um investimento seguro, que valorizava acima da inflação, servindo à especulação como reserva de valor e de controle político. Em tempo recente serviu igualmente para acesso a crédito subsidiado para a agropecuária, que financiava a compra ou a grilagem de mais terras; Por outro lado, nos últimos anos, a territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária, especialmente pelo MST, tem aumentado o número de conflitos e, portanto, representam um temor, já que tem resultado em um conjunto de ações para a implantação de projetos de assentamentos. Deste conjunto de ações podemos citar: a mudança do Imposto Territorial Rural que desde o Estatuto da Terra deveria servir para tributar os latifúndios. Em todo esse tempo foi manipulado e até hoje teve apenas um significado simbólico para os grandes proprietários, que mesmo assim são os maiores sonegadores. Mas, sempre foi pago pelos pequenos proprietários. O aumento do valor das alíquotas para cálculo do ITR dos latifúndios, se aplicado, poderá inviabilizar a sua manutenção; A Lei do Rito Sumário que pode agilizar as desapropriações.

O poder e a astúcia dos ruralistas, o papel fundamental do Poder Judiciário em defesa dos interesses dos latifundiários e grileiros e a competência limitada do Estado têm causado um resultado perverso para a sociedade, principalmente para os trabalhadores. Com a crise do mercado de terras, o Estado - via Incra - tornou-se o principal comprador de terras. E pior, pagando um preço muito superior ao preço de mercado. Os exemplos são diversos: entre eles está o caso do Pontal do Paranapanema, onde o Governo do Estado de São Paulo e o Incra têm comprado terras devolutas ocupadas pelos sem-terra. Aí acontece o milagre da *transubstanciação*, em que o grileiro vende - a preço de mercado ou superior - as próprias terras do Estado para o Estado, enquanto os compradores afirmam estar pagando pelas “*benfeitorias*”. Em vários estados, as propriedades em desapropriação são supervalorizadas pela perícia e pelo Poder Judiciário, tornando as indenizações impraticáveis. Hoje, o governo federal possui um precatório de R\$ 4 bilhões para pagar aos latifundiários somente no ano de 1997. Frente a essa realidade, a reforma agrária é deturpada e, lentamente, cresce a perspectiva de uma reforma imobiliária. Assim, alguns latifundiários chegam mesmo a incentivar as ocupações, garantindo até a infra-estrutura como forma de agilizar a desapropriação. Desse modo, a expropriação é perversamente convertida em ato de compra e venda, o que chamamos aqui de *mercantilização da expropriação e da desapropriação da terra*. Para amenizar essa situação escandalosa, o governo federal decretou algumas medidas para a alteração de procedimentos. Por um lado, procura impedir as vistorias supervalorizadas. Por outro, procura impedir a desapropriação de terras ocupadas e garante a compra pelo preço de mercado. Essas medidas estão criando um espaço político para a implementação da denominada *reforma agrária amiga do mercado ou reforma agrária solidária*, implantadas desde 1996 no Estado do Ceará - no Nordeste - e que será implantada em São Paulo - na região Sudeste, o que é na realidade a mercantilização da terra. Dessa forma, a questão agrária, saturada, torna possível a transferência de capital dos latifundiários para outros setores da economia, especialmente, valendo-se deste momento de intensa privatização de empresas estatais. Os latifundiários já não relutam em receber os Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

A questão da questão agrária.

Neste final de milênio, a secular questão agrária se delinea em pelo menos duas propostas políticas. Uma está representada pela política do atual governo e pode ser compreendida pelos trabalhos de Francisco Graziano (1996) e de Fernando Henrique Cardoso (1997). O principal fundamento desses trabalhos enfatiza que a reforma agrária é uma política social para atender a população miserável que luta pela terra, procurando dessa forma amenizar os conflitos. Desse ponto de vista, não é uma política de desenvolvimento econômico, mas sim uma política compensatória. Nesta proposta, o “Estado” é o principal articulador do processo de implantação dos projetos de assentamento e definidor de uma política agrícola para a agricultura camponesa. Não aceita a pressão da ocupação de terras e controla o processo de seleção dos beneficiados, determinando quais os trabalhadores que poderão ter acesso à terra. Define quais terras serão utilizadas, quais os estados e até quais as regiões prioritárias, onde serão executados os projetos.

O governo vem atuando muito mais na regularização das áreas de posseiros do que na realização de assentamentos. Como articulador da questão, é dependente da bancada ruralista e, por essa razão, a realização de um projeto de reforma agrária é utilizado como propaganda para a implementação da mercantilização da terra. Não aceita a existência de 4,5 milhões de trabalhadores sem-terra e propõe assentar apenas 280 mil famílias. Também não admite, oficialmente, a participação de trabalhadores “urbanos” em seus projetos. Por esses motivos, esse governo, como os outros, está sempre efetivando projetos de assentamentos já iniciados pelas lutas dos trabalhadores.

Em seus dezoito anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, das suas diferenciadas experiências, dos erros e acertos, avanços e recuos, construiu uma proposta de reforma agrária, que pelo seu dimensionamento abrange diferentes e interativas questões socioeconômicas e políticas. Para o Movimento, a reforma agrária é mais que uma política de desenvolvimento econômico, é também um processo de transformação política. Neste trabalho, nos limitamos a observar apenas as questões referentes à execução de projetos de assentamentos. O MST é a principal referência do governo no que diz respeito ao embate sobre a reforma agrária. O Movimento, por sua práxis, desenvolve um processo de luta que implica na conquista da terra e dos recursos necessários para a viabilização do projeto de assentamento. Neste contexto, os assentamentos tornam-se continuamente espaços políticos que possibilitam ao MST a articulação de novas ocupações e conquistas. Pela correlação de forças da conjuntura política, os Sem-Terra desenvolvem um projeto de definição das regiões e dos estados, onde as lutas são mais promitentes; Selecionam as terras conforme a melhor realidade, reúnem, mobilizam e organizam as famílias para a ocupação e partem para o enfrentamento. Desse modo, desafiam o governo e negociam as questões efetivadas.

Nas diferentes regiões, os assentamentos são uma resposta socioeconômica e política das famílias assentadas. As mudanças qualitativa na vida das famílias é, em primeiro lugar, a resposta da conquista. A melhoria de suas condições de existência e os impactos econômico e políticos que causam nos municípios já são uma realidade em diversos estados. Neste sentido, os sem-terra vêm contribuindo para o desenvolvimento da economia local. Dessa forma vão dimensionando a questão agrária e conquistando novas políticas e espaços que, agora, passam a

se concretizar. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária é uma importante conquista que deve constituir uma política agrícola para a agricultura camponesa.

A questão agrária hoje já não nos coloca mais a pergunta: quem é contra ou a favor da reforma agrária? A imensa maioria da sociedade e suas forças políticas são favoráveis a realização da reforma agrária. A resposta que se apresenta agora é: *qual reforma agrária?*. A reforma agrária dos trabalhadores ou a reforma agrária dos proprietários e empresários? Qual projeto vai ser implementado? Esse é o desdobramento da saturada questão agrária brasileira. É certo que a questão agrária continuará nos desafiando, afinal como diz Martins: "na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, que sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer" (Martins, 1994, p. 12-13).

De 1986 a março de 1996 foram conquistados 1.564 assentamentos com 4.870 hectares, onde estão assentadas 145.712 famílias (ver tabela 3). Essas conquistas não mexeram na concentrada estrutura fundiária brasileira. A luta pela reforma agrária no Brasil transforma-se numa das principais lutas da classe trabalhadora. É impossível pensar a democracia e o desenvolvimento deste País, sem reforma agrária e uma política agrícola para o campesinato brasileiro.

Tabela 3 - Assentamentos de reforma agrária no Brasil (1986-1996*)			
Estados	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias assentadas	Área (ha)
Acre	02	387	39.847
Amazonas	02	1.221	135.544
Amapá	01	153	7.760
Pará	19	10.812	474.155
Rondônia	03	1.347	70.645
Roraima	03	949	102.579
Tocantins	96	8.381	41.557
Região Norte	126	23.250	872.087
Alagoas	12	857	8.738
Bahia	106	11.323	371.277
Ceará	136	8.314	297.063
Maranhão	136	26.685	1.040.506
Paraíba	70	4.998	50.801
Pernambuco	124	8.318	72.881
Piauí	139	7.489	326.087
Rio Grande do Norte	60	5.265	110.602
Sergipe	53	3.055	39.198
Região Nordeste	836	76.304	2.317.153
Espírito Santo	34	1.131	12.939
Minas Gerais	37	3.454	138.591
Rio de Janeiro	47	3.701	32.456
São Paulo	48	5.462	97.531

Região Sudeste	166	13.748	281.517
Paraná	134	8.223	162.166
Rio Grande do Sul	111	5.376	104.184
Santa Catarina	77	2.821	48.203
Região Sul	322	16.420	314.553
Goiás	51	3.114	167.984
Mato Grosso do Sul	26	5.142	142.681
Mato Grosso	37	7.734	774.197
Região Centro-Oeste	114	15.990	1.084.862
Total - Brasil	1.564	145.712	4.870.172

*Dados organizado até março de 1996.

Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; MST - Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A política agropecuária implantada pelos governos militares fez surgir o maior movimento social de ocupações de terras do Brasil. Os militares acreditavam e muitos políticos brasileiros, ainda hoje acreditam, que o desenvolvimento industrial e a modernização tecnológica da agricultura prescindiria da reforma agrária. Essa postura política tem levado à morte milhares de brasileiros. Ao contrário, a tecnologia no campo e na cidade tem apresentado cada vez mais a condição premente da realização da reforma agrária no Brasil. Concordamos com Chonchol, que:

"Finalmente, podría afirmarse incluso que la combinación de un fuerte crecimiento demográfico y de la incapacidad del sistema industrial urbano para absorber todos os excedentes de mano de obra que crea la modernización capitalista en el campo, está em vías de recrear una economía campesina como refugio para millones de habitantes rurales que el contexto estructural de la modernización impide que se proletaricem completamente".(Chonchol, 1994. p. 419).

Acreditando nessa perspectiva, os sem-terra brasileiros lutam, ocupando terra, acampando, conquistando e se territorializando. Dessas experiências, esse povo de "beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida, que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que têm onde ir, e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, Os Sem-Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar"²⁹.

²⁹ - Trecho do Filme O Canto da Terra, de Paulo Rufino.

Bibliografia.

ABRA. Lorena, o homem e a obra. *Revista Reforma Agrária*.(Campinas), v. 18, 1989.

ANISTIA INTERNACIONAL. Brasil: *violência autorizada nas áreas rurais*. Anistia Internacional: Londres, 1988.

BOFF, L. *Igreja: Carisma e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOFF, L. *Nova evangelização - perspectiva dos oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990.

BOFF, L. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. São Paulo: Ática, 1992.

BOFF, L. *Ecologia Mundialização Espiritualidade*. São Paulo, Ática, 1993.

CARDOSO, F. H. *Reforma Agrária - Compromisso de Todos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

CHONCHOL, J. *Sistemas Agrarios en América Latina - De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 1994.

CPT - *Conflitos no Campo: Brasil - 1996*. Goiânia: CPT, 1997.

- FAO/PNUD. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. *Versão Resumida do Relatório Final do Projeto BRA 87/022*. Brasília: FAO/PNUD, 1992.
- FERNANDES, B. M. "Da terra prometida à terra definitiva" - Na criação do "território liberado" a realização da Reforma Agrária. In *ANAIS do VIII ENCONTRO NACIONAL de GEÓGRAFOS*. (São Paulo), AGB, 1992, p.p. 697-712.
- FERNANDES, B. M. "O todo é a parte e a parte é o todo" - A interação espaço-sujeito. *Revista de Geografia da UNESP (São Paulo)*, nº 10, 1992.
- FERNANDES, B. M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Territorialização da Luta pela Terra no Brasil. *Revista de Geografia Teórica (Rio Claro)*, Nºs 43-44, 1992.
- FERNANDES, B. M. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. *Caderno Prudentino de Geografia (Presidente Prudente)*, nº 16, 1994.
- FERNANDES, B. M. Theoretical-Methodological Questions of Brazilian Agrarian Geography. *The European Geographer Review*. Associação dos Jovens Geógrafos de Lisboa, 1995.
- FERNANDES, B. M. A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem Terra. *Revista de Cultura Vozes*, número 1, ano 90. Editora Vozes. Petrópolis, 1996.
- FERNANDES, B. M. *MST - Formação e Territorialização*. Editora Hucitec. São Paulo, 1996
- FERNANDES, B. M. Reforma Agrária e Modernização no Campo. *Revista Terra Livre* nº s 11-12. AGB/DEN. São Paulo, 1996.
- FERNANDES, B. M. - A judiciarização da reforma agrária. *Revista GEOUSP*. Ano 1 nº. 1. Pós-Graduação em Geografia - USP. São Paulo, 1997.
- FERNANDES, B. M. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. *Anais do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Universidade de Buenos Aires, 1997.
- FERNANDES, B. M. A luta do MST na construção da democracia. In *Revista Advir*. Associação dos docentes da UERJ. Nº 10. Outubro de 1997.
- FERNANDES, B. M. Espacialização e territorialização do MST. In *A reforma Agrária e a luta do MST*. Vozes. Petrópolis, 1997.

- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1970* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1975.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1975* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1980* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1984.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1985* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- FIBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1992*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.
- GORGEN, S. (Coord.). *Uma foice longe da terra*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAZIANO, F. *Qual Reforma Agrária?* São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Tomos I e II. Madri: Taurus, 1985.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Blackwell Publishers: Cambridge, Massachusetts, 1991.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, J. S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986b.
- MARTINS, J. S. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986c.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MIRAD/CCA. *Conflitos de Terra*. Brasília: MIRAD, 1986.
- MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 - 1985*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Organização do Movimento/Quem é quem na luta pela terra. *Cadernos de Formação, n° 01*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. História da Luta pela Terra. *Cadernos de Formação, n° 02*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Como se organiza movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, *Cadernos de Formação, n° 05*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Terra não se ganha, se conquista. *Cadernos de Formação, n° 09*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. A luta continua: como se organiza os assentados. *Cadernos de Formação, n° 10*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. *Cadernos de Formação, n° 11*. São Paulo: MST, 1986.
- MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II*. São Paulo: MST/SP - AGB/SP, 1986.
- MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré III*. São Paulo: MST/SP - AGB/SP. São Paulo, 1987.
- MST. Nossas prioridades. *Cadernos de Formação, n° 12*. São Paulo: MST, 1987.
- MST. Nossa força depende de nossa dedicação. *Cadernos de Formação, n° 13*. São Paulo: MST, 1987.
- MST. Nossa força depende da nossa dedicação. *Cadernos de Formação, n° 13*. São Paulo, 1987.
- MST. Construir o sindicalismo pela base. *Cadernos de Formação, n° 14*. São Paulo, 1987.
- MST. Plano Nacional do MST - 1989 à 1993. *Cadernos de Formação, n° 17*. São Paulo: MST, 1989.

- MST/SP. *Dossiê - Sem Terra do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: MST/SP, 1991.
- MST. *Landless of Brazil*. São Paulo: MST, 1992.
- MST. *Canções da luta. MST*. São Paulo, 1992.
- MST. *Proposta do MST ao Governo Itamar Franco*. Documento do MST. Brasília, 1993.
- MST. Programa de Reforma Agrária. *Cadernos de Formação n° 23*. São Paulo: MST, 1995a.
- MST. *Vamos organizar a base*. São Paulo: MST, 1995b.
- NOGUEIRA, A. *O sujeito irreverente*. Campinas: Papirus, 1993.
- OLIVEIRA, A. U. - Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia, n° 58*. São Paulo: AGB, 1981.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de reprodução e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. - O campo Brasileiro no final dos anos 80. in *Boletim Paulista de Geografia, n° 66*. São Paulo: AGB, 1988a.
- OLIVEIRA, A. U. *A Geografia das lutas no campo*. Ed. Contexto. São Paulo, 1988b.
- OLIVEIRA, A. U. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988c.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- ONU/PNUD - *Informe Sobre Desarrollo Humano*. Madri: ONU/PNUD, 1993.
- RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993
- RIBEIRO, N. F. *Caminhada e Esperança da Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SANTOS FILHO, J. R. e PORTO, M. Y. - A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Revista Reforma Agrária*, (Campinas), v. 14, 1984.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 65, de 1992*. Brasília: Senado Federal, 1992a.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 67, de 1992 - Complementar nº 71/89*. Brasília: Senado Federal, 1992b.
- SILVA, J. GOMES da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SILVA, J. GOMES da. *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STÉDILE, J. P. e GORGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. Scritta Editorial. São Paulo, 1993.
- STÉDILE, J. P. (Org.) *A Questão Agrária Hoje*. Editora da Universidade/ANCA: Porto Alegre, 1994.
- STÉDILE, J. P. (Org.) *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Vozes: Petrópolis, 1997.
- TARELHO, L. C. *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós - Graduação de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TARELHO, L. C. - O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. *Terra Livre nº 06*. São Paulo: AGB-Marco Zero, 1989.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. Ed. São Paulo: Unicamp/Icone, 1985.
- TONELLI, P. *Lei Agrária: um instrumento para combater o latifúndio e democratizar o acesso a terra*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.